

Nota pela restituição do Estado Democrático e de Direito

No último dia 11 de julho, o Brasil assistiu a reforma trabalhista ser aprovada por um Congresso corrupto e sem legitimidade popular, o que massacra os/as trabalhadores/as de forma cruel. Sabemos que as contrarreformas em curso foram e são parte do golpe contra os/as trabalhadores/as brasileiros/as.

Entendemos que esses ataques aos direitos, bem como o golpe parlamentar-jurídico-midiático, foi, também, possibilitado pela indefensável política de conciliação de classes facilitada pelo lulopetismo. Sabemos que o conjunto das contrarreformas tem relação direta com a crise estrutural do capital e a busca por garantir altas taxas de lucratividade através da intensificação da superexploração do trabalho e a usurpação dos direitos sociais.

No dia seguinte à aprovação da nefasta reforma trabalhista, o juiz Sérgio Moro divulgou a sentença do julgamento do caso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenando-o a mais de 9 anos de prisão por meio de um julgamento notadamente político e sem provas que atestem a materialidade do crime. Essa análise não significa um atrelamento ou uma defesa político-partidária, mas entendemos que há um ataque frontal às garantias democráticas asseguradas pelo Estado de Direito, assim como as inúmeras prisões e condenações arbitrárias, a exemplo de Rafael Braga e lideranças do MST, MTST e outros, inclusive propiciadas pela lei antiterrorista sancionada pela então presidenta Dilma. As medidas de exceção suspendem seletivamente direitos assegurados que visam desestabilizar a resistência e a organização dos/as trabalhadores/as.

Não podemos permitir que estes ataques aos direitos da classe trabalhadora e ao Estado Democrático de Direitos reduzam nossa força e compromisso com a transformação. O momento é de unificar a esquerda e as forças progressistas por todo o país, ocupar as ruas e mostrar força na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras, dos direitos sociais e do restabelecimento da nossa democracia, tendo a realização da greve geral como instrumento de reivindicação necessário e estratégico.

Faz parte deste compromisso lutar para que se realizem eleições gerais e diretas, pondo fim às medidas de exceção que o país vivencia neste momento e restabelecendo a democracia.

Por isso gritamos Não às Contrarreformas Trabalhista e da Previdência! Greve Geral Já! Fora Temer! Eleições Gerais e Diretas Já! E Reforma Política Popular!

Natal, 15 de julho de 2017.

Assinadas por:

CRESS- PB

CRESS-CE

CRESS-PE

CRESS-RN

CRESS-SE